

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Condeixa-a-Nova**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 81.573.167,67 euros e um total de fundos próprios de 62.864.741,09 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.202.458,10 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 10.443.617,34 de despesa paga e um total de 10.895.198,84 de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e os correspondentes anexos às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Condeixa-a-Nova** em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

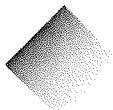
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado no ponto 8.2.2 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, ao contrário do que sucedia nos exercícios anteriores em que a classificação da dívida tinha em atenção o prazo inicial do empréstimo e não a sua amortização, no exercício de 2016 o passivo de curto prazo apresenta o montante de 368.773,88 euros referente a dívida de médio/longo e ao FAM que será amortizado em de 2017.

Conforme mencionado no ponto 8.2.28 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, aquando da conversão de escudos para euros, um terreno que tinha sido adquirido por 5.130.000 escudos, foi incorretamente valorizado em 25.588.332,12 euros, quando a valorização correta seria de 25.588,33 euros. Este lapso originou uma sobrevalorização do ativo e da conta de património em 25.562.743,79 euros, situação que foi corrigida em 2016.



A conta provisões para outros riscos e encargos evidencia o valor de 626.816,15 euros referentes a faturas das Águas do Centro Litoral e da EDP em relação às quais o Município não concorda com o valor debitado e, em consequência, não foram pagas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2016 foi respectivamente de 77,38% e de 85,39%.

O limite à dívida é de 14.330.819,64 euros, sendo a dívida total (excluindo as dívidas não orçamentais) de 2.433.210,92 euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2016 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º. 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

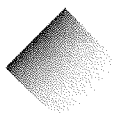
O órgão executivo é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Coimbra, 12 de abril de 2017

Bruno José Machado de Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.